

REFLEXÕES

DIACONIA: ÊNFASE BÍBLICO TEOLÓGICA

02

**Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
Centro de Estudos Anglicanos**

Diaconia: ênfase bíblico - teológica:

Rev. Sebastião Armando Gameleira Soares

Em geral, quando falamos de "serviço", "diaconia", queremos referir-nos ao ministério da Igreja relativo às necessidades humanas materiais, promocionais, de assistência ou de solidariedade. A diaconia seria o serviço da Igreja no campo sócio-político-cultural. Hoje, particularmente, esse ministério poderia resumir-se em três palavras: assistência social, solidariedade, ações de transformação.

Ora, o termo "*diaconia*" deriva do NT. É importante, em nossa meditação, voltarmos ao seu significado.

1. Diaconia é ministério específico particular

É verdade que, nos escritos do NT, diaconia (serviço, servir) significa, às vezes, um serviço concreto, material, prestado a determinada pessoa (Cf. Mc 15.41; 2 Tm 1.18); designa, particularmente, o serviço em vista de garantir o alimento, a sobrevivência, o "serviço à mesa" (Cf. Mc. 1.31; At. 6.2); e, até, bem concretamente, a contribuição financeira em favor de pessoas necessitadas: o exemplo clássico é a coleta feita por Paulo em favor dos santos de Jerusalém (Cf. 2 Cor. 8.19; Rm 15.25).

Daí, progressivamente, o termo passa a designar um ofício particular na comunidade, um ministério específico, elencando entre os demais carismas, como se vê em Rm 12.7, ao lado do dom da profecia, do de ensino, do de exortação, do de partilha, do de presidência: "se o dom é o serviço, que se exerça no serviço". Chega-se, assim, a falar de diácono e de diaconisa como figura ministerial particular na Igreja (Fl. 1.1; 1 Tm. 3.8ss; Rm 16.1).

Sabemos que, no século II, se fala de diáconos associados ao bispo e encarnando na comunidade a figura de Jesus Servidor, ao lado do bispo, expressão de Deus Pai, e do Conselho dos Presbíteros que representa o colégio dos apóstolos (Cf. Inácio de Antioquia). Na prática da Igreja antiga, diáconos e diaconisas são encarregados, em nome da Igreja, de prestar socorro aos pobres e abandonados, de levar-lhes o consolo da Igreja como resposta a suas necessidades, e de trazer para o interior da Igreja o lamen-

to dos pobres, para despertar sua consciência e ação. Essa tarefa de mão dupla se reflete nas funções que o diácono tem na liturgia: servir à mesa no sacramento do corpo de Cristo, como expressão de seu serviço às necessidades (partilha) do Corpo vivo de Cristo; interceder, trazer diante de Deus as necessidades do povo; proclamar o Evangelho, as exigências do Evangelho; enviar a comunidade ao mundo para aí operar o serviço de Deus. Na linguagem de hoje, diríamos que o ofício do diácono é expressar e tornar efetiva a relação entre Igreja e mundo, entre liturgia e serviço, entre a comunidade e o movimento popular, entre a Igreja e as necessidades e entidades da chamada sociedade civil.

2. Um problema de mentalidade

Mas a linguagem do NT nos leva adiante: diaconia é a própria identidade da Igreja toda.

Sabemos que uma doutrina central do NT é a de que, em Cristo, já não há separações nem hierarquias (Cf. Gl. 3.28; Ef. 1.13; 2.1-22). Já não há templo, nem sacrifício, nem sacerdócio. A comunidade é o novo templo (Cf. 1 Cor. 3.16-17), ele é o sacrifício vivo por sua vida na fé (Cf. Rm. 12.1-2), ela é o sacerdócio régio e a nação separada (Cf. 1 Pd. 2.9-10). Assim, todos somos uma só coisa em Cristo Jesus, todos participantes da missão de Jesus, único pontífice, único mediador, único sacrifício e novo santuário de Deus, conforme a bonita meditação da Epístola aos Hebreus.

Por isso, a partir da realidade de nossa filiação divina em Cristo, todas as pessoas redimidas são herdeiras de Deus e co-herdeiras com Cristo. Na Igreja não há lugar para autocracia, mas só para PARTICIPAÇÃO, capacidade partilhada - "*exousía*", na linguagem paulina. Nenhum dom ou nenhuma tarefa é coisa exclusiva, tudo é comum. Qualquer ministério específico tem, necessariamente, estrutura sacramental, isto é, é sempre expressão da missão de que toda a Igreja está investida, é "*anamnesis*", para usar a famosa expressão de Maurice, para chamar toda a Igreja a sua responsabilidade comum, e é instrumento para que essa missão se exerça eficazmente. Ninguém na Igreja é mais responsável que outrem, o que pode haver são pessoas com mais responsabilidades, pois a qualidade da resposta é responsabilidade comum: encarnar no mundo a própria vocação de Deus, a missão de Deus (Cf. Ex. 3.7-10).

Diaconia não é tarefa de algumas pessoas, é a própria identidade da Igreja como tal¹.

Mas corremos o risco de não prestar atenção a esse aspecto da mensagem do NT. E o risco vem do seguinte. Todas as Igrejas exercem, de alguma forma, ação social. Mas, para muitas pessoas, e comumente, trata-se de duas coisas bem distintas: uma coisa é **evangelizar**, tarefa essencial, missão própria da Igreja, pela qual se buscaria responder às necessidades **religiosas** das pessoas. Outra coisa é a ação social, a **diaconia**, pela qual expressamos nossa caridade, nossa solidariedade face às necessidades humanas. Mas se isso funciona dessa maneira no íntimo das pessoas crentes, nunca a diaconia social e política será assumida como tarefa prioritária. Pois na Igreja só é realmente decisivo o que informa a consciência das pessoas como exigência de Deus e da missão **essencial** de Jesus. O que move as pessoas a conviverem e a agirem como Igreja é a maneira como sentem e compreendem a ação de Deus e o mandato de Jesus. É isso o que se constitui em referência absoluta e tem força de mover até a dar a própria vida.

Ora, freqüentemente se pensa e se diz que a missão da Igreja é espiritual. A diaconia, então, pode até ser importante, mas não se situaria no núcleo da missão. Dai, é bastante comum escutar falar-se de evangelização quando se trata de aspectos referentes à dimensão “espiritual” da vida; quando se trata dos outros aspectos - econômicos, sociais, políticos, culturais - aí, sim, estaria o campo próprio da diaconia. Mas, bem conscientes de que esse já não é o campo específico do trabalho primordial da Igreja. Já não é mais o “espiritual”. Nossa própria linguagem nos trai de vez em quando. Ao referir-nos a uma Igreja que não se interessa muito pela opção social e política, dizemos facilmente que essa Igreja só faz evangelização. Como se a evangelização não fosse a única tarefa da Igreja. Nós só fomos enviados/as para evangelizar; essa é nossa única tarefa no mundo (cf. Mc 16,15; Mt 28,19-20). Tudo depende, porém, de como a compreendemos. E a redução espiritualista do cristianismo entende mal essa tarefa, pois não a compreende de acordo com o espírito, nem a letra das Escrituras. Ao reduzir-se a fé e a missão ao “espiritual”, julga-se prestar serviço, exaltar o Evangelho a seu nível mais excelso. Na verdade, faz-se idolatria. Não devemos hesitar em denunciar o espiritualismo como perversão da mensagem cristã, aquilo que antigamente se chamava heresia. Na verdade, a tendência a fugir ao

compromisso e ao risco histórico é uma constante antropológica. Refugiar-se e consolar-se no sagrado é eximir-se da responsabilidade de assumir a tarefa de transformar o mundo. Só que essa tarefa é a missão da pessoa no mundo, é a mais forte interpelação que se nos faz ao espírito. Como diz muito bem um teólogo ortodoxo: “A minha fome é meu problema material, a fome do meu irmão é o meu problema espiritual”. Diante deste apelo urgente e concreto da realidade material da vida é que se testa “de que espírito somos”.

Essa tentativa constante de fugir ao compromisso com a realidade concreta (Marx falava disso como “condições materiais”), formulou-se, na filosofia e na cultura ocidentais, no clássico dualismo helênico espírito x matéria. Somos educados/as sob o peso da idéia, e mais ainda, do sentimento de que a matéria é inferior, desprezível e má. Fonte de pecado, importa o espírito, a idéia. O trabalho, por isso, é coisa de escravo, é negócio, negação do ócio, este, condição própria de homens superiores, chamados, não a trabalharem a materialidade do mundo, mas a contemplarem-na para dela se afastarem sempre mais. A contemplação deve arrancar da matéria a idéia que aí jaz prisioneira. O espiritualismo é necessariamente intelectualista. Sem a herança helênica não se explicaria o racionalismo iluminista. A razão, porém, é abstrata. O que existe historicamente são as razões de cada qual. O culto à razão, na verdade, tem sido a eficaz legitimação cultural da divisão humana entre “intelectuais” (pessoas, sobretudo machos, que pensam e decidem) e “escravos” (pessoas que trabalham). Tem sido a ideologia em que se baseiam o clericalismo nas relações eclesiais, o autoritarismo nas relações humanas e o imperialismo político, pois os tais “valores humanos” ou de civilização, descobertos pela luz da razão, não são outra coisa que as razões dos poderosos impostas pela força nada racional a quem não tem chance de resistir-lhes. O espiritualismo, que pode aparecer a muitas pessoas algo tão sublime, não passa de ideologia que leva, de fato, ao racionalismo individualista e ao imperialismo. Não é isso o que está na base do drama dos povos colonizados e, particularmente, de nossa América Afro-Latíndia? Não podemos esquecer-nos de que os vínculos reais se estabelecem entre as pessoas mediante a materialidade. É o corpo nossa possibilidade de expressão e de comunicação e, assim, de crescimento espiritual. Sem corpo não há relações, sem vínculos materiais não há coletividade. Não há histó-

é o fundamento de nosso poder enquanto seres humanos (cf. Mc 2,27-28).

Eis por que é falsa a contradição que frequentemente se estabelece entre **poder e serviço**. Na verdade, o poder é dimensão co-extensiva ao ato de viver. Toda afirmação vital é afirmação de poder, pois a vida se afirma por sua potência de vitória sobre a morte e os processos de desagregação. Diaconia supõe dons e capacidades e destina-se a capacitar. É capacitação (poder) cujo objetivo é promover capacitação (poder). Não se pode pensar diaconia fora do âmbito do poder enquanto traço radical da vida e da pessoalidade. Ser pessoa é ser poder sobre si mesma **autonomia**. Assim, não se trata de opor poder e serviço, autoridade (exousia) e graça, mas de compreender o serviço como a única maneira humanizante de exercer o poder. Nossa cidadania baseia-se na certeza de que somos herdeiros e herdeiras do mundo - “todo poder me foi dado no céu e na terra” (cf. Mt 28, 18). A contradição não reside entre poder e serviço, mas entre um modo de exercício do poder (apropriação e império) e outro modo de exercício do poder (partilha e participação, comunidade e serviço). Esse é o desafio que está posto nas mãos de todas as criaturas humanas. Promover, por nossa práxis, bem para além de nossos discursos - que se forem vazios, serão como os ídolos - nova vivência do poder, eis a tremenda tarefa posta em nossas mãos como Igreja de Jesus. Por aí passa necessariamente o anúncio do Evangelho e se julga nossa fidelidade a Deus. Evangelho é lavapés aos que estão assentados à mesma mesa: **comunidade e serviço**. Seria outra coisa o que chamamos hoje de cidadania?

(assembléla) para designar as comunidades. A Igreja é assembléia alternativa, onde pessoas excluídas recuperam cidadania e confraternizam. Não é assembléia onde só machos, ricos e sábios têm lugar. A partir disso, compreende-se melhor o conflito de Paulo com a comunidade de Corinto que ainda permanecia alienada, sem conseguir romper com os modelos de convivência vividos nas cidades helenistas e romanas, nas quais imperavam o sistema das casas senhoriais e patrícias, e onde a dignidade das pessoas dependia de sua agregação a casas de poderosos “padrinhos”.

Na base da nova assembléia está a experiência radical de recuperação da própria dignidade pessoal, experiência de sentir-se filho e filha de Deus. Nas epístolas aos Gálatas e aos Efésios, temos a reflexão paulina sobre o que chamaríamos hoje de cidadania. Só que Paulo vai à raiz última da experiência. Ultrapassa o nível sociológico - que hoje chamamos de **democracia participativa**, ultrapassa mesmo o nível antropológico - que hoje chamamos de dignidade ou liberdade da pessoa, e atinge o nível teológico: a experiência profunda da filiação divina. É dessa experiência que decorre todo o poder e os mais amplos direitos de cada pessoa: **herdeira do mundo**. Face à realidade, tantas vezes de isolamento (espiritualista) da Igreja em relação à sociedade, é incrível pensar que o tema teológico da filiação divina é o que há de mais explosivo social e politicamente, se levarmos realmente a sério que a Palavra de Deus é prá valer, é para tornar-se verdade na prática - e a prática é a de nossa vida cotidiana pessoal, comunitária e societária, em todas as suas dimensões, desde a economia até a religião.

É tão central para o cristianismo o motivo da cidadania que esse foi o pivô de toda a grande controvérsia dogmática trinitária e cristológica dos primeiros séculos da Igreja. Afirmar a divindade de Jesus e do Espírito Santo era defender a redenção compreendida, em seu sentido mais alto e mais pleno, como elevação da humanidade à condição de filiação divina. Atanásio, que enfrenta essa luta e tem como o mais forte adversário o próprio imperador Constantino, formula isso de forma lapidar: “O que não é assumido, não é elevado”. Jesus deve ser reconhecido como Deus para que nós possamos ser reconhecidos/as como filhos/as de Deus. E esse é o fundamento último de nossa dignidade de cidadãos/ãs. Por isso, Constantino não é **Kyrios**, não é o senhor, é só um homem como qualquer outro. Relativizasse, assim, todos os poderes deste mundo, o senhorio de Cristo feito homem

ria. Falando teologicamente, não há história da salvação. Não há fé cristã, pois esta se radica na história e assume a historicidade. “O Verbo se fez carne” e “quem não confessa que Jesus Cristo veio em carne não é de Deus” (1 Jo 4,3). Mesmo o que há de mais espiritual em nós elabora-se, expressa-se e comunica-se a partir de nossas raízes materiais. O amor passa sempre pelo corpo, por nossas **relações de produção**, e chama-se “partilha dos bens”, **koinonia**; passa também por nossas relações eróticas, sensuais, de **reprodução**, e é o processo do amor de eros até agape, que não são pólos contraditórios, mas dimensões intimamente relacionadas.

Por causa dessa mentalidade, na linguagem grega profana, fora do NT, diaconia é atividade servil, próxima da condição de escravo, condição alienada, é trabalhar para quem está sentado à mesa e, com isso, obter os meios para sobreviver. É, por conseguinte, atividade indigna de “homens livres”, antes, adequada a escravos.

O risco dessa mentalidade, que se infiltra na Igreja cristã ao longo dos séculos, é ver a diaconia como algo paralelo à evangelização, e como algo secundário, que não faria parte das tarefas centrais da Igreja. Assumir a diaconia não seria compreendido como dimensão essencial de nossa obediência ao Evangelho, antes seria como algo que fazemos por acréscimo, se ainda tivermos tempo, em nosso “tempo livre”, depois que tivermos cumprido nossos compromissos “religiosos”, estes, sim, essenciais e imprescindíveis.

3. A diaconia é a identidade da Igreja

Ora, o NT nos indica outra direção. Diaconia não é apenas um certo setor da atividade da Igreja. Diaconia é a própria identidade da Igreja. A Igreja não apenas exerce diaconia, ela se define e se identifica pela diaconia: a Igreja de Jesus ou é diaconia, ou não é Igreja de Jesus.

Para começar, é pela diaconia que Jesus se define a si mesmo em Mc 10,45: “O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e entregar a sua vida pela multidão”. E o seu testamento, na última ceia, foi o gesto típico da diaconia: lavar os pés (Jo 13,1-15). Por isso, Paulo vai designar a Jesus como “diácono dos circuncisos”, enquanto veio “cumprir as promessas feitas aos pais” (Rm 15,8). Isto é, toda a missão de Jesus é diaconia.

Por isso, Jesus servo é contemplado como princípio e paradigma (modelo) de toda a missão de seus discípulos e discípulas: Mc 10,43-45; Lc 22,26s e Jo 12,25s: seguir a Jesus é servir (cf. Mc 9,33-37). O serviço é, assim, a própria identidade do discipulado. Não é que se é discípulo (a) e, por consequência, se exerce o serviço. Não. Se é discípulo na medida em que se é servidor. Discípulo equivale a diácono, a servidor.

A partir daí, compreende-se porque Paulo vai dizer que salvação é diaconia de Deus mediante o Cristo (2 Cor 3,7-9) e mediante seus enviados (2 Cor 5,18-20): a diaconia da reconciliação. Toda a missão em vista da salvação do mundo é diaconia. E a salvação equivale, no NT, à "nova criação", à transformação (cf. Rm 8).

Particularmente em 2 Cor, epístola em que Paulo desenvolveu seu pensamento sobre o ministério cristão, encontramos a clara identificação entre diaconia e missão cristã como tal: somos diáconos, servos e servas, da nova aliança (3,6), da justiça de Deus (11,15), de Cristo (11,23; cf. Cl 1,17), de Deus (6,4). Em Cl 1,25 diz-se que o apóstolo é servo da comunidade da Igreja. Ao contrário do que pensavam os gregos da condição dos homens livres, a glória do ministério cristão é a própria condição de serviço (cf. Cor 3,8), pois é identificação ao Cristo (cf. Mc 10,43-45; Lc 12,37). Na verdade, a imagem básica para refletir sobre Jesus no NT foi a figura no servo, a partir dos Cânticos do Servo Oprimido e Vitorioso, segundo a profecia de Isaías. Conforme o AT, servo de Deus é alguém que pertence radicalmente a Deus e a Ele se entrega totalmente, e por Ele sente-se protegido e amparado. Por isso, ser servo equivale a permanecer em constante adoração (por isso, também o culto é chamado de "serviço a Deus"), mas também "Servir a Deus" é obedecer-lhe em todos os atos da vida humana, a começar do cultivo da terra para sobreviver. "Servir a Deus" é tanto o culto, como o trabalho², Jesus é, antes de qualquer outro título cristológico, o servo de Deus por excelência: At.3.13 - a catequese presente nos evangelhos se faz toda ela sobre o paradigma do SERVO, completamente devotado a instaurar o reinado de Deus.

Assim é apresentada a vocação e missão de Jesus no batismo e na transfiguração: Is.42. Sua tarefa é assumir a missão do profeta-SERVO, conforme Is.61, como nos diz Lucas no discurso programático na Sinagoga de Nazaré (Lc.4.16ss). Para Mateus, toda a ação de Jesus de restaurar a

A Bíblia pensa que isso é possível se a dignidade da pessoa não repousa sobre a riqueza e a apropriação de bens. Daí, a persistente oposição à monarquia durante toda a história de Israel, e a crítica radical que se lhe faz (cf. Jz 9,7ss; Os 13,11), desde os primórdios até o Apocalipse, com a sua denúncia dos mecanismos do imperialismo.

Ter ou ser escravo, oprimido, nunca foi algo normal no povo de Israel. Essa a razão de toda a legislação restritiva acerca da escravidão, e toda a luta profética e camponesa para fazer valer as leis que garantiam a liberdade solidária, a começar no Decálogo. Na verdade, a questão da liberdade do povo é tão central na Bíblia que é em função da libertação que Deus revela o seu próprio Nome a Moisés (cf. Ex 3,7-12) e reafirma sua própria identidade pessoal (cf. Dt 5,6). E o ponto de referência de toda a ação de Deus é a injustiça praticada contra grupos e pessoas necessitadas (cf. Sl 146; Am 2,6-16; 5,4-6, 14-15; Is 1) raiz de toda a desagregação social (cf. Os 4,13).

No Novo Testamento, a eclesiologia paulina compreende a Igreja, não como uma nova **religião** ao lado de tantas outras existentes, mas como uma imensa rede de comunidades por intermédio das quais vai fermentando o processo universal de transformação de todos os povos em Povo de Deus. É em função desse projeto (cf. Ef 2) que o Apóstolo define sua estratégia missionária. A Igreja - povo feito de povos reconciliados - é testemunha de que as promessas de Deus a Israel são promessas destinadas a todos os povos, desde sua origem, desde Abraão (cf. Gn 12,1-3; Rm 4). As promessas não são "espiritualizadas", mas universalizadas. Toda a humanidade está chamada a ser o "novo Israel", na totalidade de sua vida, desde as relações econômicas até sua expressão religiosa.

O que vemos nos evangelhos? Aos marginalizados pelo sistema social, político e religioso, Jesus abre uma nova **casa**. Esse é um dos símbolos mais fortes que dominam a narrativa evangélica. Em redor de Jesus, se congrega o povo e se reconstrói a casa, se reestrutura, diríamos hoje, sua cidadania. É a mesma perspectiva explicitada na primeira epístola de Pedro, só que aí em dimensão bem mais claramente universal. E, no centro da casa, o gesto que a identifica é o da **partilha do pão**. Por isso, a ceia está no centro da Igreja, como celebração e evento profético.

Não é por acaso que Paulo escolhe justamente o termo "**ekklesia**"

plação” e ao mando, porque usufrui do “ócio” necessário para isso. Gente que não trabalha, mas come e comanda. O povo todo é “elite”, objeto de eleição: “Sereis para mim uma propriedade peculiar entre todos os povos, porque toda a terra é minha. Vós sereis para mim um reino de sacerdotes e uma nação santa” (Ex 19,5-6). E não cabe sentimento de privilégio, pois a escolha é pura graça (cf. Dt 8,11-18; 9,4-7) e tremenda responsabilidade (cf. Am 4,12; 9,7) missionária (cf. Is 42).

A base da vida comunitária é o **trabalho** e a **solidariedade**. O ideal humano não é a contemplação de um mundo que já seria harmonioso (“cosmos”), mas a ação pela qual se opera a mudança num mundo bom em sua raiz (cf. Gn 1), mas necessitado de redenção e de consumação (cf. Rm 8). A palavra que só diz a realidade (“logos” - discurso) não é compreendida como fim da relação entre a consciência humana e o real. Dabar, mais que contemplação, conceito ou discurso, é **práxis**. Essa seria a melhor tradução para o termo hebraico. Marx formulou o conceito de “práxis”, com certeza pelo sangue de cultura bíblica que corria em suas veias ... Dabar é a palavra (teoria) que se faz acontecimento (prática). Por isso se entende que Amós possa “ver” as palavras acerca de Israel (cf. Am. 1, 1) e a “palavra do Senhor” se dê “pela mão” de Ageu (cf. Ag 1,1). Por isso se entende que João possa dizer “fazer a verdade” (Jo 3,21). Para Paulo, no mundo dominado pela idolatria, a verdade é “prisioneira da injustiça”. O contrário da verdade não é propriamente o erro - como o seria para a lógica helênica - mas a prática da injustiça (cf. Rm 1,18). Pensar o mundo, contemplá-lo, só se completa com a volta sobre o mundo para transformá-lo pelo trabalho. **Adam**, isto é, a humanidade feita de macho e fêmea (cf. Gn 1,27) é, antes de tudo, jardineiro e imagem do Deus que “opera” e cria o novo (cf. Gn 1-2; 1s 43,19).

A relação entre o povo e Deus se dá mediante a **solidariedade** inter-humana. É justamente isso “conhecer a Deus”: “Eu te desposarei para sempre, eu te desposarei a mim na justiça e no direito, na solidariedade e na ternura, eu te desposarei na fidelidade, e conhecerás o Senhor” (Os 2,19-20). “É solidariedade que eu quero e não sacrifícios, conhecimento de Deus mais do que holocausto” (Os 6,6). A partir daí é que se entende a reflexão da primeira epístola de João: Quem ama conhece a Deus, quem pratica a justiça é nascido de Deus ...

vida e a dignidade de pessoas necessitadas e humilhadas é a do servo que “leva nossas enfermidades e carrega nossas dores” (Is. 53.4). É assim que Ele se levanta como luz a brilhar para quem está esmagado em regiões de trevas (Is. 8.23 - 9.1; 49.1-7). Toda a caminhada de subida a Jerusalém se inspira na figura do servo: e isso é dito de três modos, fundamentalmente: entregar a própria vida, acolher os pequeninos e tornar-se como eles, aceitar fazer comunidade com os pobres. Finalmente, há o texto clássico de Fl. 2.5-11, texto eminentemente pascal: ser servo, obediente até a morte de cruz é a identidade de Jesus, e é a condição que “convém a quem está em Cristo Jesus”. A ressurreição é a confirmação por parte de Deus de que o caminho de restauração - nós diríamos hoje, da humanização - é o caminho do SERVO.

Por isso, toda tarefa de dedicação ao Evangelho é diaconia, desde a proclamação missionária até a edificação da comunidade: é o “Serviço do Evangelho” (Cf. 2 Cor.4.1; 5.18; Cl. 1.23; Rm. 11.13). Quem se entrega à proclamação do Evangelho é diácono, servo(a) (1 Cor. 3.5; 2 Tm. 4.5.11). Os Atos dos Apóstolos insistem em designar a proclamação do Evangelho como diaconia: 6.4; 20.24; 21.19.

O objetivo da “Diaconia do Evangelho” é criar *Koinonia*, comunhão, solidariedade comunitária. É edificar a Igreja como Corpo de Cristo no mundo. Daí porque o gesto da mesa comum, da “Ceia do Senhor”, onde Cristo se faz presente no lavapés e na partilha e entrega do pão que dá vida ao Corpo, é o símbolo central da Igreja. É seu anúncio profético.

O que é a realidade da Igreja, senão a diversidade dos dons (carismas) do mesmo Espírito? E todos os dons são concedidos em vista do proveito comum: os diversos dons se constituem em diversos “ministérios”. Paulo usa aqui o termo “diversidade de diaconias” (1 Cor. 12.4-11). Em Rm 12.3-13, fala-se da diaconia como de um ministério particular (v.7), mas, ao mesmo tempo, diz-se que todos os dons têm de ser entregues em proveito de todos, “cada qual considerando a outrem como mais digno de honra”, em tudo “servindo o Senhor”. O mesmo se acha em 1 Pd. 4.7-11: “Conforme o dom que cada qual recebeu, consagrai-vos ao serviço uns dos outros” (v.10). Ou seja, a diaconia, o serviço é a própria identidade da Igreja. Igreja é troca de serviços recíprocos, pois aí todos somos radicalmente servos e servas. É sintomático que na Igreja todas as tarefas sejam designadas como

MINISTÉRIOS.

Há um texto particularmente importante: Ef.4.1-16. Ao falar da diversidade dos dons/ministérios, diz-se que a finalidade de qualquer ministério específico é "aperfeiçoar os santos em vista do ministério, para a edificação do Corpo de Cristo" (v.12). Isto quer dizer que qualquer ministério particular tem em vista exercitar, manifestar e levar ao amadurecimento aquilo que nos identifica como seguidores e seguidoras de Jesus: nossa condição de SERVIÇO, esta é a identidade dos santos. A Igreja toda é como sacramento - sinal e instrumento - da diaconia de Cristo. A Igreja toda é povo sacerdotal encarregado de proclamar, através de tudo o que faz, o poder transformador de Deus, encarregado da "diaconia do Evangelho" (Cf. 1 Pd. 2.9-10).

Daí porque não existe na Igreja evangelização, de um lado, e diaconia, de outro. Tudo na Igreja é diaconia, desde o culto até o serviço social. Pois o culto não é a tarefa específica da Igreja, é só uma de suas diaconias, a diaconia religiosa, prestada à humanidade porque a humanidade é religiosa, tem necessidades religiosas a que a Igreja também é chamada a responder, pois trata-se de necessidade humana (E o culto tem de ser diaconal também enquanto só tem sentido se prepara a comunidade para o exercício da diaconia no mundo). E tudo na Igreja tem de ser ato de evangelização, desde a proclamação explícita da palavra do Evangelho até qualquer serviço social. Cabe a frase de Francisco de Assis: "Evangeliza constantemente, e fala, se necessário".

A missão de Jesus é declarar por gestos e palavras a boa-nova do Reino de Deus entre nós. Mas o Evangelho não é uma vaga e genérica boa-notícia. De acordo com os textos do profeta Isaias, nos quais os evangelistas se inspiram (cf. Mc 1,1-3), Evangelho é a boa-notícia da **vitória** de Deus, que afirma sua realeza e soberania, mediante eventos históricos de **libertação** do seu povo (cf. Is 40,9-11; 52,7-12; 61,1-9). Não é por acaso que os evangelistas iniciam sua narrativa da práxis de Jesus aludindo à proclamação do Ano Jubilar, ano do perdão das dívidas e da restituição das terras. Trata-se do evento "evangélico" (cf. Mc 1,4; Lc 4,16-21).

Se Deus intervém pela proclamação-profética, declarando a presença do seu Reino entre nós, sua Palavra é simultaneamente exigência de mudança de vida, de conversão, isto é, de reviravolta total a partir do novo e

A mesma sopa distribuída a pessoas pobres pode reforçar o sentimento de **mendicância**, de inferioridade e de fraqueza, ou pode ser o primeiro passo na caminhada para recuperar a própria dignidade humana. Tudo depende do **método**. A Igreja é chamada - e a essa chamada tem de obedecer, sob pena de infidelidade, pois não é facultativo - a usar um método de ação social que seja adequado à sua tarefa - a única que ela tem - de **evangelizar**.

7. Diaconia e Cidadania

Se estamos de acordo com o que tem sido dito até agora, a missão de evangelizar se encarna na tarefa de humanizar, de reconstruir as pessoas. Concretamente, "ações de solidariedade" - desde o culto e a conversa explícita sobre a fé até a ação de serviço social - será sempre ação restauradora da dignidade das pessoas, da **cidadania**. Aí tocamos o coração do Evangelho.

A Grécia é, frequentemente, apontada como modelo de democracia cidadã, no mundo antigo. Mas não se pode esquecer de que se tratava de uma democracia exercida pelos chamados "homens livres", cuja liberdade repousava sobre sua condição natural de sexo **masculino** e sobre sua condição social de **riqueza**. Era mais **plutocracia** (poder dos ricos) que democracia, mais **aristocracia** (poder das elites) que poder coletivo, mais **androcracia** (poder dos machos) que poder do povo.

Isso contrasta com a mentalidade bíblica. A Bíblia tem como categoria básica o **povo**, entendido idealmente sob o paradigma clânico e tribal, isto é, comunitário, como a grande "assembléia de Deus". Embora, a partir da monarquia, o tribalismo vá perdendo sempre mais sua chama sociológica (econômica e política), permanece e até se fortalece como paradigma antropológico e teológico. É o que se vê, quando se percebe que é esse o paradigma do projeto de Jesus, ao escolher os doze novos patriarcas e ao associar-lhes as mulheres como as mães e profetisas do novo povo (cf. Mc 3,13-19; 5,21-43; 6,7; 16,7). E, para o Apocalipse, a nova cidade está toda construída sobre esse mesmo paradigma: doze apóstolos, doze colunas, doze portas, doze estrelas.

O povo, para a Bíblia, não equivale a uma elite de machos, de ricos e de "filósofos", gente que se libera do trabalho e pode dedicar-se à "contem-

social das pessoas. A Igreja está e estará sempre chamada a **evangelizar**.

Jesus não promoveu a ascensão social do cego, ao contrário, o encontro desse homem com o Evangelho provocou sua expulsão da Sinagoga. O que aconteceu? “Abriram-se-lhe os olhos” (é interessante que o texto não fale de “cura”, mas de “abertura” dos olhos). No conflito entre a realidade experimentada e a ideologia oficial, o homem vai sendo provocado a ver sempre mais, e vai tendo coragem de defender sua visão até diante do tribunal; termina mendigo, excluído, do jeito como começara, mas com uma radical diferença: agora é um mendigo de olhos abertos. Por isso, abre-se para ele o rebanho de Jesus. Reconstruir a dignidade em comunidade, eis “a obra de Deus”, a recriação do mundo (cf. Jo 9-10).

Dessa comissão divina de anunciar o Evangelho decorre nosso discernimento **metodológico**. Falando de maneira mais direta, é fundamental discernir entre “ação de assistência” e “ação de solidariedade”. Gestos aparentemente idênticos podem ser profundamente diferentes, se somos capazes de operar esse discernimento. Só a **ação de solidariedade** é evangelizadora. Oferecer sopa a pessoas pobres pode ser mera assistência, ou pode ser gesto de solidariedade. Tudo depende do **método** através do qual nossa práxis evangelizadora se encaminha.

Há algumas qualidades da ação evangelizadora que só a ação de solidariedade é capaz de encarnar. É claro que temos de pensar a evangelização como processo constituído de inúmeros passos. Mas já desde o primeiro passo, o objetivo do Evangelho tem de estar contido: os fins têm de estar contidos nos meios. O primeiro passo já não pode ser em falso.

A ação evangelizadora **revela** e não encobre a realidade. Sua função é arrancar o véu, o engano e as ilusões, desmascarar aquilo que Marx chamava de **ideologia**. Tem de apontar o pecado, as causas, a responsabilidade histórica humana pela situação, quer estrutural, quer conjuntural. Só é ação de solidariedade aquela que, ao menos virtualmente, é **crítica**.

A ação de solidariedade tem como objetivo **reconstruir as pessoas**, na medida em que vai-lhes possibilitando experimentar o sentimento de **filiação divina**. Isso só se efetiva, se na prática, no **modo de fazer**, desde o culto até a ação social, se afirma a dignidade das pessoas, sua liberdade e sua capacidade de participação coletiva.

firme fundamento que é o Evangelho (cf. Mc 1,14-20). Trata-se de radical interpenetração à totalidade da vida humana. Diaconia social e política é anúncio do evangelho e resposta ao evangelho.

4. A Diaconia Social e Política é anúncio do Evangelho

Quando a Igreja exerce sua ação social e política - que tem sido chamada de diaconia, mas que talvez deveria, mais adequadamente, ser chamada de diaconia social e política - seria legítimo afirmar que apenas está “suplementando deficiências do Estado”, exercendo tarefa de suplência, em relação a instituições públicas ou privadas? Trabalho em hospitais ou escolas, trabalho de educação sindical, de alfabetização, de conscientização política, ação junto a pessoas ou grupos empobrecidos e marginalizados, como drogados, aidéticos, crianças de rua, prostitutas, ... são tarefa de “suplência” ou são atuação concreta da tarefa evangelizadora da Igreja? Se optarmos pela primeira possibilidade, pressupomos que a missão da Igreja é exclusivamente ou essencialmente religiosa. O mais seria acréscimo circunstancial.

Ora, será assim mesmo? A missão não é, através de sua práxis, proclamar a Palavra de Deus que julga e salva a totalidade da vida humana? No exercício da diaconia social e política, não se trata de suprir emergencialmente deficiências de outras entidades, como se a Igreja, por um momento, estivesse a desviar-se de sua missão própria. Na verdade, em cada contexto particular, a Igreja é chamada a atuar na história para que o Reino de Deus se revele. Trata-se de discernir os sinais dos tempos e de produzir os sinais do Reino. Aqui e agora, a Igreja tem de atuar mediante gestos significativos, gestos expressivos do carinho de Deus que ampara e reconstrói as pessoas e julga o pecado do mundo. Os sinais variam ao longo da história, pois varia seu significado. São relativos a cada época e a cada conjuntura, mas é missão própria da Igreja oferecer à sociedade sempre novos sinais concretos - corporais - da presença e do carinho de Deus. Exatamente como fez Jesus em sua atuação em favor dos enfermos, dos marginalizados, dos empobrecidos e dos abatidos. Por esses sinais anuncia-se de maneira palpável um novo mundo possível. São sinais proféticos. A diaconia do Reino é essencialmente profética (Lc 7,22). Quando em nome de Jesus, ajudamos pessoas a fazerem a passagem da escravidão à liberdade, da alienação à humanização

cristã, já estamos sendo agentes portadores da boa-nova que restaura e transforma. Há um texto do NT que é muito sugestivo neste contexto de reflexão: 2 Cor 9,10-14. Na coleta, gesto tão material, da diaconia social, diríamos, Paulo enxerga a atuação privilegiada da identidade cristã. Por isso faz questão de usar vocabulário particularmente rico de significado: justiça, eucaristia (duas vezes), liturgia, santos, glorificar, obediência, proclamação solene da fé, Koinonia, graça (duas vezes), dom. A coleta (assistir os pobres) não equivale simplesmente à diaconia, é apenas atuação específica e concreta, no campo da solidariedade material, da realidade permanente e mais radical da Igreja, de sua própria identidade profunda, o serviço.

5. O ponto de partida antropológico

Não devemos esquecer que o ponto de partida para assumir a vocação diaconal é o mesmo ponto de partida para assumir a identidade cristã como tal, isto é, a fé. Não é a fé entrega confiante e obediência? Ora, obediência é “ob-audire”, escuta atenta da voz de outrem, atenção às suas necessidades e às suas exigências. Fé, então, é entrar no processo e no dinamismo da resposta, do serviço recíproco, da diaconia, pois a entrega obediente da própria vida a Deus se dá pela mediação da resposta ao chamado concreto de nossa vida, em suas circunstâncias e demandas particulares. Não é o mesmo que dizer que “a fé opera pelo amor”? Dai deriva a radicalidade da diaconia como marca do próprio ser da Igreja: não apenas “a partir da fé”, ou “por motivos de fé” assumimos a tarefa ou missão de servir, mas nosso próprio ato de fé já é diaconia. Pois a fé, concretamente, já desde seu início, se dá como exercício diaconal, de entrega e de obediência.

A diaconia social e política é apenas uma especificação particular, num campo determinado da vida, de uma dimensão global que caracteriza o ser da Igreja. Há também, por exemplo, a diaconia religiosa. Assim, a diaconia social e política não é um acréscimo, uma suplementação provisória, mas ação em Cristo e meio adequado de anúncio do Evangelho através de sinais que sejam significativos aqui e agora, em determinada sociedade, sinais nos quais encarnamos e exercitamos a fé. E a fé, ao testemunhar-se, constitui-se em anúncio da Boa-Nova.

Além disso, de acordo com a reflexão paulina, a identidade cristã se

define pela identificação com o Cristo crucificado (cf. Fp 2,5ss). É esse o significado do batismo (cf. Rm 6,1 ss). E assumir sobre si mesmo/a a cruz de Cristo é acolher a revelação da própria verdade existencial: todas as pessoas somos pecadoras, e todas recobramos nossa dignidade pela pertença a Cristo. Diante da cruz, somos apenas pessoas, todas do mesmo barro e igualmente necessitadas da glória de Deus (cf. Rm 3,23). Desmascara-se, assim, todo sentimento de superioridade e de auto-suficiência. Da experiência da cruz decorre a exigência da “ética da cruz”, que é a ética do serviço, da diaconia, a única compatível com a identidade cristã (cf. Fp 2,3-5). Pela ética da cruz - que é o amor - toma corpo concreto nossa fé (cf. Gl 5,6) como infinito vínculo de solidariedade de necessitados/as. Confessar-se pecador é confessar-se como último dos seres humanos e, por isso, dispor-se a caminhar de mãos dadas com os últimos. Por isso, **diaconia**, enquanto práxis de entrega da própria vida, em todas as suas dimensões, não é apenas exigência “moral” **decorrente** da fé, mas é propriamente exigência **teologal**: é realização concreta de nosso ser em Deus; é o exercício concreto de nossa fé; é a única maneira de assumir concretamente nossa verdade existencial.

Se é assim, se a diaconia flui da própria identidade cristã como diaconia de Cristo e de seu Corpo, vemos que é dimensão constitutiva do ser da Igreja em seu nível mais profundo, antes de qualquer ulterior determinação eclesial ou confessional. Por isso, a diaconia é essencialmente, por si mesma, ecumênica, simplesmente cristã, de Cristo. E as necessidades da vida não nos perguntam por “confissões de fé”, mas por soluções de fé. Trata-se de exercer o serviço de Cristo em favor do mundo, não de promoção confessional, interessada ou proselitista. A diaconia da Igreja tem de ser gratuita para ser testemunho e expressão da graça de Deus (cf. Mt 5,43-48).

6. Ação de Solidariedade X Ação de Assistência

Se a tarefa da Igreja é só proclamar o Evangelho, toda a sua ação, desde seus mínimos gestos, deve ser evangelizadora. Daí, é falsa a oposição entre evangelização ou evangelismo, de um lado, e ação social, de outro. No trabalho de serviço social, não estamos chamados/as simplesmente a “fazer o bem”, prestar “assistência” ou “promover” a ascensão